

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.419.845 - RS (2018/0339670-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : NASARETE CORREA DE MOURA
ADVOGADOS : CRISTINA DOS CASAES CLARO E OUTRO(S) - RS101872
GILBERTO DA SILVA SILVEIRA - RS0049412
AGRAVADO : SERASA S.A
ADVOGADOS : PAULO TURRA MAGNI E OUTRO(S) - RS017732
CRISTIANO DA SILVA BREDAS - RS040466
ARTHUR SPONCHIADO DE ÁVILA - RS054157

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (fl. 146, e-STJ):

RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO. CADASTRO DE INADIMPLENTES. INSCRIÇÃO. COMUNICAÇÃO PRÉVIA. DANO MORAL INEXISTENTE.

A comunicação ao consumidor sobre a inscrição de seu nome nos registros de proteção ao crédito é obrigação do órgão responsável pela manutenção do cadastro, isto é do arquivista, e não do credor, que apenas informa a existência da dívida. Aplicação do § 2º, art. 43, do CDC.

O consumidor tem o direito de ser notificado a respeito da inclusão de seu nome em cadastro de inadimplentes. Na espécie, a parte demandada comprovou o envio da notificação ao consumidor, mostrando-se desnecessária a prova do recebimento. Apelação desprovida.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 158/164, e-STJ).

Nas razões do recurso especial, a recorrente alega, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 1.022, do Código de Processo Civil; 149, 150, 186, 264, 271, 680, 927, 942 e 1.016 do Código Civil; 6º, VI, VII, VIII, 14, 28, § 3º, 42, 43, § 2º e 83, do Código de Defesa do Consumidor.

Sustenta, em suma, que tem direito a ser indenizado por danos morais. Argumenta que a inscrição do seu nome no cadastro dos inadimplentes foi ilícita, por não ser precedida da notificação exigida pela lei.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 203/213, e-STJ.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 230/239, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A Súmula nº 568, desta Corte, dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema”.

O recurso não merece prosperar, uma vez que encontra obstáculo na Súmula 7/STJ.

Com efeito, o Tribunal de origem, à vista dos elementos fático-probatórios constantes dos autos, afastou a obrigação da ré de indenizar a autora, uma vez que esta foi devidamente notificada acerca da sua inscrição no cadastro dos inadimplentes, nos termos do art. 43, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor.

Cito, nesse sentido, trecho do acórdão recorrido (fls. 148/151, e-STJ):

A jurisprudência pacificada da 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar recurso repetitivo, REsp Repetitivo n. 1.061.134/RS, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI em 10/12/2008, Dje 1º/4/2009 (art. 543-C, do CPC), é no sentido de que a comunicação ao consumidor sobre a inscrição de seu nome nos registros de proteção ao crédito é obrigação do órgão responsável pela manutenção do cadastro, isto é do arquivista, e não do credor, que apenas informa a existência da dívida. Aplicação do § 2º do art. 43 do CDC

O arquivista - seja associação ou câmara de dirigentes lojistas (CDL) - que utiliza banco de dados com inscrição de consumidor no cadastro de inadimplentes sem prévia notificação e divulga a existência de apontamentos em nome do devedor, ainda que tenha obtido a informação de terceiro órgão, responde solidariamente com a entidade responsável pela negativação, e é parte legítima passiva para responder à ação de cancelamento e/ou indenização, pelas falhas decorrentes desse cadastro, nos termos do artigo 7º, parágrafo único, do CDC (AG 985172, rel. Min. Luiz Felipe Salomão).

A respeito, a Súmula 359 do Superior Tribunal de Justiça:

"Cabe ao órgão mantenedor do Cadastro de Proteção ao Crédito a notificação do devedor antes de proceder à inscrição."

O objetivo fundamental do referido dispositivo legal é oportunizar ao

consumidor o acesso às informações arquivadas em bancos de dados de restrição ao crédito, evitando registros indevidos, possibilitando a retificação de dados e, até mesmo, o pagamento da dívida, evitando, assim, situações vexatórias e constrangimentos decorrentes de eventuais equívocos.

(...)

Portanto, o descumprimento, seja pelo arquivista, seja pelo mantenedor do arquivo de consumo, autoriza ao consumidor a busca pelo cancelamento do apontamento lançado às avessas da lei.

No caso dos autos, a ré comprovou o envio da notificação à parte autora (fls. 77-79), o que mostra o cumprimento da obrigação prevista no art. 43, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor.

Salienta-se, ainda, ser apenas necessário o envio da comunicação, sendo despicienda a comprovação de que o consumidor tenha efetivamente recebido a correspondência, conforme o contido na Súmula 404 do Superior Tribunal de Justiça:

"É dispensável o aviso de recebimento (AR) na carta de comunicação ao consumidor sobre a negativação de seu nome em bancos de dados e cadastros."

Por esses motivos, não restam dúvidas de que o preceito contido no artigo 43, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor foi cumprido, o que afasta a ocorrência do dever de cancelar o registro e de indenizar por danos morais.

(...)

Considerando mais essa circunstância, o procedimento da parte demandada, que enviou a comunicação ao endereço fornecido, deve ser cancelado.

Assim, não havendo qualquer irregularidade no procedimento de notificação adotado pelo réu, a pretensão de indenização não procede, confirmando-se a sentença em sua integralidade.

A alteração da conclusão adotada pela Corte de origem – de que a autora foi devidamente notificada - demandaria o reexame de provas, o que é vedado pela Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Cumprе registrar, também, que os recursos interpostos com fundamento no art. 105, III, alínea "c", da Constituição Federal, atraem, regularmente, a incidência da Súmula 7/STJ quando necessário examinar o contexto fático-probatório dos autos, senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

1. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.

2. Quanto à interposição pela alínea "c", este Tribunal tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa.

3. Agravo não provido.

(AgRg no AREsp 494.763/RS, Relatora a Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 7/8/2014, DJe 18/8/2014)

Por fim, em relação às demais violações alegadas, a recorrente se limitou a citar os dispositivos de lei que entendeu terem sido ofendidos, sem indicar as razões para tanto.

Incide, no ponto, por analogia, a Súmula 284/STF.

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL - PREQUESTIONAMENTO - INOCORRÊNCIA SÚMULA 282/STF - FALTA DE COMBATE AOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO APLICAÇÃO ANALÓGICA DA SÚMULA 182 - DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO - SÚMULA 284/STF - REPARAÇÃO DE DANOS - SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS - PRESCRIÇÃO - TERMO INICIAL - RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DOS SÓCIOS - LEGITIMIDADE PASSIVA - PRINCÍPIO DA ECONOMIA PROCESSUAL.

- Falta prequestionamento quando o dispositivo legal supostamente violado não foi discutido na formação do acórdão recorrido.

- É inviável o recurso especial que não ataca os fundamentos do acórdão recorrido. Inteligência da Súmula 182.

- Se o recorrente apenas cita artigo de lei federal, sem demonstrar a violação, incide a Súmula 284 do STF. (...)

(REsp 645.662/SP, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, Terceira Turma, julgado em 28.6.2007, DJ 1º.8.2007.

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

